

Intercâmbio universitário no âmbito do Mercosul: o Programa Marca¹

*University exchange in the Mercosur:
the Marca Program*

José Maria de Souza Júnior

Resumo

A internacionalização da educação superior é um crescente fenômeno mundial. Uma das formas mais evidentes de internacionalização é a mobilidade estudantil. O presente trabalho visa ao estudo da iniciativa de mobilidade estudantil promovida pelo Setor Educacional do Mercosul (SEM), nominalmente, o Programa Marca e seus impactos na integração regional do bloco. Percebe-se que o programa é uma importante iniciativa de internacionalização devido ao seu arranjo institucional. O Marca também possui certa sustentabilidade, pois existe desde 2006. No entanto, em virtude do baixo número de instituições e discentes participantes, os benefícios acabam sendo limitados para alunos e respectivos cursos, não tendo impacto direto no processo de integração regional.

Palavras-chave: Internacionalização da educação superior; Mobilidade; Integração regional; Acreditação; Mercosul.

1. Este artigo teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Fundação de Rotarianos de São Paulo.

Abstract

The internationalization of higher education is a worldwide growing phenomenon. One of the most evident ways of internationalization is the student mobility. The present study aims the mobility initiative supported by the Educational Sector of Mercosur (SEM), namely, the Marca Programme and its impacts on the regional integration of the bloc. The program is an important initiative of internationalization because of its institutional structure. The Marca also holds sustainability for it has existed since 2006. However, because of its low number of included institutions and students, the benefits of the programme end up being limited. Students and its courses (graduation programmes) are the most benefited from the Marca. There is no direct impact on the regional integration.

Key words: Internationalization of higher education; Student mobility; Regional integration; Accreditation; Mercosur.

Desde os anos 1990 o fenômeno da internacionalização da educação superior tem crescido em quantidade e em complexidade (AGULHON, 2009; ALTBACH; KNIGHT, 2006; FANELLI, 2009; PERROTA, 2008). O maior contato de estudantes tanto entre si quanto com diferentes instituições de ensino em diferentes localidades tem representado um desafio que faz parte, ou é uma das facetas, da globalização.

A internacionalização da educação superior pode acontecer de várias maneiras. Van Damme (2001, p. 418-428) aponta como Formas de internacionalização: mobilidade estudantil; mobilidade de docentes; internacionalização de currículo (que representa uma formatação homogênea dos currículos dos cursos feita por instituições em diferentes Estados); filiais de *campus* (quando uma instituição instala um *campus* em outro país); acordos e redes de cooperação institucional (acordos assinados entre universidades relacionados a: intercâmbio de alunos e professores, acreditação ou ensino a distância); acordos de reconhecimento mútuo (um nível de cooperação entre universidades onde há o reconhecimento de programas entre elas); redes universitárias transnacionais (onde uma ou mais instituições conveniadas prestam serviço em mais de um país – isso ocorre onde os governos possuem um baixo controle sobre o ensino superior); e educação superior transnacional virtual (ensino a distância feito por uma instituição em outro Estado).

Segundo as definições de Van Damme (2001), a internacionalização que ocorre no Mercosul se encaixaria em duas categorias: mobilida-

de de estudantes e internacionalização de currículo. Dessa forma, este artigo pretende analisar a mobilidade de estudantes de graduação no âmbito do Mercosul e, assim, compreender como a região se insere no contexto de crescente intensidade da internacionalização da educação superior.

De maneira geral, a literatura que trata da internacionalização e da mobilidade acadêmica na América Latina ressalta a importância da inserção e da prática da mobilidade nas instituições da região. Entretanto, poucos estudos analisam esse processo no âmbito da integração regional. Brunner (1997) critica o fato de os intercâmbios universitários acontecerem de forma esporádica e Balán (2006) mostra que a América Latina não está entre os principais destinos ou entre os principais lugares de origem dos fluxos internacionais de intercâmbio. De 1999 a 2004, a região da América Latina e Caribe contribuiu com 6,8% do total do fluxo de mobilidade de graduação mundial e foi destino para apenas 0,9% desse fluxo (BASHIR, 2007, p. 14-15). Assim, fica evidente a baixa inserção da região no crescente movimento de internacionalização da educação superior, traduzido em uma de suas formas mais claras: a mobilidade.

No caso do Mercosul, poucos estudos tratam da mobilidade acadêmica, apesar dos avanços na área educacional do bloco apontados por Perrota (2008). Para a autora, a educação tem tido participação contínua na agenda do Mercosul, não obstante o fato de esse bloco ter, em primeiro lugar, objetivos econômicos e comerciais.

A educação foi valorizada desde o início do Mercosul, com a criação do Setor Educacional do Mercosul (SEM) em 1991, mesmo ano da criação do bloco. O SEM garante que os diferentes sistemas educacionais dos países-membros mantenham o mínimo de contato regular através de reuniões dos ministros da Educação (RME).

Durante as reuniões foram firmados acordos que têm o objetivo de aproximar os sistemas educacionais e criar uma área comum entre eles. Os maiores progressos do SEM, nesse sentido, foram a criação do Mexa (Mecanismo Experimental de Acreditação), do Sistema Arcu-Sul (mecanismo permanente de acreditação de cursos de graduação) e do Marca (Programa de Mobilidade para Cursos Credenciados).

O Marca é o exemplo mais palpável da internacionalização da educação no Mercosul, pois envolve uma iniciativa concreta, ou seja, alunos acabam viajando para outros países com propósito de estudo e são financiados pelo Mercosul.

A partir da análise dos documentos oficiais do Mercosul e do Programa Marca, buscar-se-á compreender, por um lado, o tratamento dado

à educação superior desde o início do processo de integração e, por outro, os procedimentos do programa de mobilidade. A coleta de dados sobre os fluxos de intercâmbio, disponíveis no *website* do Programa Marca, referentes aos anos de 2008,² 2009 e 2010, permitirá um melhor panorama sobre a evolução do programa a partir da quantidade anual de alunos e da participação dos cursos que compõem o Marca.

Além de compreender o programa Marca do ponto de vista institucional e sua organização, este artigo também buscará analisar as visões e percepções dos coordenadores do programa nas universidades. Para isso, foram realizadas entrevistas³ com funcionários do Ministério da Educação do Brasil e com coordenadores acadêmicos das instituições que fazem parte do programa de mobilidade, a fim de se levantar as percepções dos atores envolvidos no processo. As entrevistas foram analisadas qualitativamente com o intuito de se saber quais as dificuldades enfrentadas pelo Marca e seus diferenciais (vantagens) em relação a outros programas. A partir dessas informações, pode-se vislumbrar a popularidade que o programa adquire (ou não) entre os discentes e as suas possibilidades de expansão. Essa parte da pesquisa se mostrou importante à medida que as percepções dos coordenadores e de funcionários da parte burocrática mostraram diversos problemas enfrentados no dia a dia da execução do programa.

Com isso, este artigo contribuirá para se entender a operacionalização do programa e o seu impacto no aprofundamento da integração regional à luz de duas teorias de processos de integração regional, nominalmente o funcionalismo e o intergovernamentalismo.

Assim, procura-se responder a pergunta: a mobilidade estudantil contribui para a integração regional? A hipótese de trabalho é que o tema da educação está na agenda do Mercosul, mas os benefícios promovidos pelo intercâmbio são limitados para que se afirme que essa iniciativa contribui para a integração regional como um todo.

2. A coleta dos dados do ano de 2008 não foi feita por tabelas e sim através da contagem manual de nomes existentes no sítio do Programa Marca.

3. Essas entrevistas foram feitas por e-mail e pessoalmente no período de abril/2010 a setembro de 2010. Foram enviados questionários para 50 coordenadores acadêmicos, dos quais 15 foram respondidos (retorno de 30%). Doze entrevistas puderam ser aproveitadas, sendo que uma visita *in loco* foi feita na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde se obteve a informação verbal do coordenador e de duas assistentes de intercâmbio da instituição. Os nomes dos entrevistados foram omitidos do artigo em virtude da falta de autorização formal por parte deles. Os entrevistados serão identificados por números.

A educação superior no Mercosul – iniciativas para a internacionalização

O protocolo de intenções assinado pelos ministros da Educação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em Brasília, no dia 13 de dezembro de 1991, criou o Setor Educativo do Mercosul (SEM). Por sua vez, o bloco havia sido criado pelo Tratado de Assunção, assinado nove meses antes. O protocolo de intenções ressalta a educação como importante promotora da integração regional. Nesse sentido, os sistemas educacionais dos Estados devem manter contato em todos os níveis e criar canais de diálogo. Essas iniciativas seriam positivas, pois fomentariam a qualidade da educação oferecida e a convergência dos sistemas educacionais dos Estados. Contudo, o protocolo defende que as diversidades devem ser preservadas (MERCOSUL, 1991).

A partir da assinatura desse documento os ministros da Educação dos Estados do Mercosul se reuniram com certa periodicidade, através da RME (Reunião de Ministros da Educação). Acordos foram firmados a partir dessas reuniões. Soares (2009) aponta alguns deles: Primeiro Plano Trienal, que vigorou de 1992 a 1994 (tendo sido prorrogado por mais três anos), o Segundo Plano Trienal (lançado em 1998 e que vigorou até 2000), o Plano Estratégico 2001-2005 e o Plano Estratégico 2006-2010. Esses documentos ressaltam a importância da educação para a integração regional e tentam criar um ambiente comum para a educação superior nos países do Mercosul.

A partir do Primeiro Plano Estratégico (2001-2005) percebem-se iniciativas mais concretas do SEM para a educação superior regional. Pode-se qualificar como progressos conseguidos na área de educação superior do Mercosul a existência de três iniciativas: 1) o Programa Mexa (Mecanismo Experimental de Acreditação), que é o reconhecimento mútuo da validade dos cursos aos quais o programa é destinado. O programa teve início em 1998 e incluía os cursos de medicina, agronomia e engenharias (SOARES, 2009; PERROTA, 2008); 2) o Sistema Arcu-Sul, que foi o sucessor do Mexa e teve caráter permanente, ou seja, esse sistema passou a ser a forma de acreditação permanente de cursos de graduação do Mercosul⁴ e; 3) o Programa Marca (Programa de Mobilidade Acadêmica para Cursos Credenciados), que constitui o objeto do presente artigo.

4. O funcionamento do Arcu-Sul se dá da seguinte forma: os governos lançam um edital com os cursos a serem acreditados. As universidades inscrevem seus cursos no processo de avaliação para conseguir a validação (www.portal.mec.gov.br). Dessa forma, pode-se entender que a decisão de quais cursos farão parte do programa é governamental.

A partir das iniciativas do SEM, pode-se conjecturar que o Mercosul esteja tentando criar certa padronização na educação superior regional. Do ponto de vista da integração regional, segundo o funcionalismo (MITRANY *apud* BRAILLARD, 1990), a padronização em certas atividades promoveria a cooperação transfronteiriça entre Estados⁵ – esse movimento de padronização é chamado pelo funcionalismo de cooperação funcional. Os Estados desempenham funções para suas respectivas sociedades. No momento em que tais Estados transferem a responsabilidade de prover essas funções para outros atores (para o funcionalismo, esses são atores supra-estatais), a integração regional se daria, pois outros atores seriam responsáveis por algumas funções outrora providas por Estados.

Nesse sentido, a educação superior seria uma das funções do Estado e estaria sofrendo dois processos descritos pelo funcionalismo: a padronização, criada pela transferência de créditos nos currículos dos cursos participantes e, ao mesmo tempo, a transferência de funções do Estado para uma organização interestatal. No caso do SEM, porém, o Mercosul não estaria substituindo os Estados na promoção da educação superior, mas sim complementando sua função. Contudo, esses movimentos se confirmariam de forma plena se fosse possível vislumbrar a inclusão maciça de universidades, cursos e alunos nos programas do SEM. Os números que apresentamos neste artigo (veja a seguir) não indicam que as práticas exercidas no âmbito da educação superior do Mercosul através dos programas do SEM seguem os conceitos do funcionalismo. Ou seja, a caracterização da internacionalização da educação superior no Mercosul como cooperação funcional se torna complexa à medida que as práticas de padronização na educação superior dos países envolvidos no processo incluem um baixo número de instituições e alunos. Considera-se, portanto, que não há padronização, uma vez que esta não se dá de forma ampla e abrangente.

Apesar disso, o estudo sobre esse tipo de mobilidade regional (Marca), sua estrutura e implicações é pertinente em virtude do crescente movimento de internacionalização da educação a partir do início da década de 1990 e da escassa abordagem desse tema na literatura sobre educação superior na América Latina.

A primeira iniciativa de mobilidade do Marca ocorreu no segundo semestre de 2006. Os cursos previamente aprovados no Mexa poderiam fazer parte do programa, que visa ao intercâmbio de estudantes de graduação por períodos letivos regulares de um semestre acadêmico. No ano de 2006

5. Essa cooperação se daria, inicialmente, em atividades técnicas, por oferecerem certa facilidade para a padronização. Exemplos simples seriam: os sistemas de correios, telefonia e energia elétrica.

somente cursos de agronomia participaram da iniciativa. A partir de 2008 os cursos das áreas de engenharia e medicina foram inclusos no Programa. Nem todas as universidades participantes tinham cursos inscritos nas três áreas. Em outras palavras, a acreditação e, conseqüentemente, a mobilidade é feita de forma independente das instituições, sendo decisão dos cursos fazer ou não parte do programa (obviamente de acordo com a resposta positiva da acreditação).

O sistema Arcu-Sul tem objetivo de expansão para outras áreas até o ano de 2010: arquitetura, enfermagem, odontologia e veterinária. Em 2008 foram emitidas novas convocatórias para acreditação em agronomia e arquitetura (Ministério da Educação, 2010). Em 2010 o curso de arquitetura foi incluído no Marca, ou seja, alunos desse curso poderão exercer a mobilidade no Mercosul. As universidades devem se inscrever no processo de acreditação de acordo com editais lançados pelo governo; somente após os cursos serem aprovados é que se pode praticar a mobilidade.

De acordo com entrevista concedida por um funcionário do Ministério da Educação do Brasil,⁶ a primeira iniciativa de mobilidade do Marca teve a participação de aproximadamente 60 discentes do curso de agronomia. No ano de 2007, de acordo com o entrevistado, não houve mobilidade em virtude de alguns atrasos na avaliação da iniciativa de 2006 e entraves burocráticos e orçamentários. A partir do ano de 2008 ocorreram iniciativas regulares do programa, já abrangendo cursos de engenharia e medicina, além dos cursos de agronomia.

O Quadro 1 (Fluxo anual do Programa Marca) mostra os números absolutos dos fluxos de mobilidade do Programa Marca desde o seu início.

Quadro 1
Fluxo anual do Programa Marca

Ano	Fluxo
2006	58
2007	-
2008	214
2009	187
2010	266

Fonte: Programa Marca, 2010, SEM 2009.

A partir dos números totais do fluxo, pode-se perceber que, após o período de “experiência” do programa (2006), obteve-se certa regula-

6. O funcionário em questão é técnico em assuntos educacionais da Secretaria de Educação Superior – Sesu e concedeu entrevista no dia 26/6/2010.

ridade nos fluxos. Com a expectativa de expansão dos cursos a fazerem parte da mobilidade, há a tendência de que os números totais também cresçam, pois estes vêm ascendendo desde a primeira iniciativa de mobilidade. A discrepância entre o primeiro ano de programa (2006) e o segundo (2008) se dá pelo fato de apenas o curso de agronomia estar incluso no ano de 2006. Além disso, em 2008 a mobilidade aconteceu em dois semestres letivos.

O Gráfico 1 (Alunos enviados – Programa Marca 2008-2010) mostra o número de alunos recebidos e enviados por cada país participante nos anos de 2008, 2009 e 2010.⁷

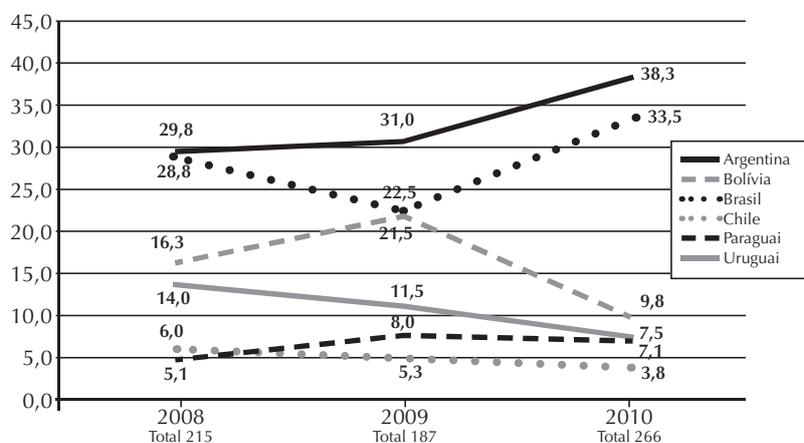


Gráfico 1 – Alunos enviados – Programa Marca (2008-2010).

Elaboração própria. Fonte: Programa Marca: Acesso em 2009/2010.

Pode-se observar no Gráfico 1 que, em 2008, Argentina e Brasil concentraram o envio de alunos para o programa, seguidos de Bolívia, Uruguai, Chile e Paraguai, respectivamente. Já em 2009, o Brasil sofre uma queda e quase se equipara à Bolívia (que cresce consideravelmente) na contribuição para a mobilidade. Uruguai continua em quarto lugar em termos gerais, mas sofre uma queda de 14% para 11,2% de contribuição ao fluxo. Paraguai e Chile invertem suas posições anteriores. Nesse ano, a Argentina continua liderando o gráfico. Finalmente, em 2010, Argentina e Brasil tendem a dominar (novamente) o número de alunos enviados ao Marca. Argentina envia 38,3% dos alunos que exercem o intercâmbio e o Brasil 33,5%. A

7. Os números considerados para os gráficos foram tirados do endereço www.programa-marca.siu.edu.ar no link Fluxos. Seguimos as tabelas que consideravam as vagas abertas para o intercâmbio. Segundo entrevista concedida pelo técnico da Sesu, alguns discentes desistiram do intercâmbio no ano de 2009 em virtude da epidemia H1N1.

Bolívia sofre importante queda com relação a 2009 – de 21,9% para 9,8%. Uruguai continua em quarto lugar com 7,5% do fluxo, mas é seguido de perto pelo Paraguai com 7,1%. Já o Chile possui 3,8%.

O Gráfico 2 (Alunos recebidos – Programa Marca 2008-2010) apresenta o número de alunos recebidos por cada país no Programa Marca.

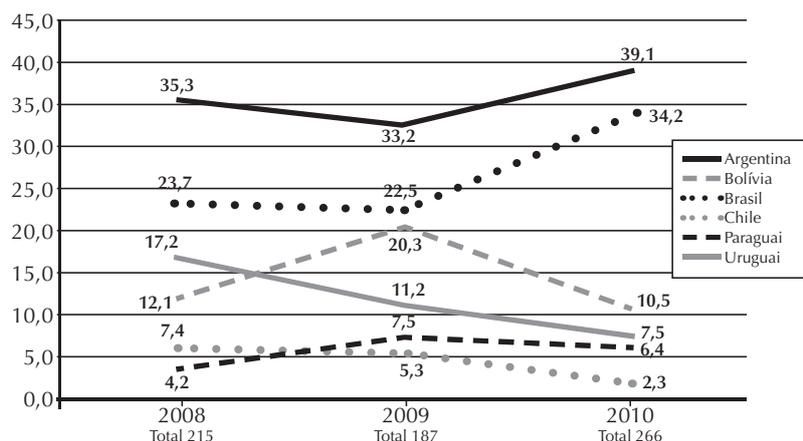


Gráfico 2 - Alunos recebidos – Programa Marca (2008-2010).

Elaboração própria. Fonte: Programa Marca: Acesso em 2009/2010.

As linhas gerais do gráfico de alunos recebidos são parecidas com as de alunos enviados. No entanto, há uma diferença maior entre Brasil e Argentina em 2008. Nesse ano a Argentina recebeu 35,3% do fluxo, enquanto o Brasil recebeu 23,7%. As posições de Bolívia e Uruguai são invertidas com relação ao gráfico anterior, ou seja, em 2008 a Bolívia enviou mais alunos que o Uruguai, mas este recebeu mais alunos que a Bolívia (Uruguai recebeu 17,2% dos alunos e a Bolívia 12,1%). Em 2009, a Argentina continua na liderança com 33,2%, ao passo que a Bolívia (20,3%) se aproxima do Brasil (22,5%). O Uruguai novamente cai (de 17,2% para 11,2%), mas se mantém em quarto lugar. O Paraguai tem 7,5% e o Chile tem 5,3%. Em 2010, o Brasil se aproxima da Argentina e os dois são os maiores recebedores de alunos do programa (Argentina – 39,1%, Brasil – 34,2%). Juntos, os dois países recebem quase $\frac{3}{4}$ do total de alunos da iniciativa de mobilidade. A Bolívia, por sua vez, sofre acentuada queda (como acontece com alunos enviados) e passa de 20,3% para 10,5%. O Uruguai continua em queda e apresenta 7,5%. O Paraguai tem 6,4% e o Chile recebe 2,3% do fluxo.

Esses gráficos mostram que os dois maiores países do Mercosul tendem a concentrar os fluxos de intercâmbio. De acordo com os números, Bolívia se beneficiou do programa em 2009. No entanto, a participação

desse país cai no ano seguinte. A participação decrescente do Uruguai o coloca no mesmo nível do Paraguai em termos relativos. O Chile possui baixa participação pelo fato de poucas de suas universidades fazerem parte dos programas de internacionalização do SEM. Além disso, o sistema de ensino superior chileno é diferenciado.⁸

Os Gráficos 3, 4 e 5 (Participação dos cursos na mobilidade do Marca – 2008, 2009 e 2010) mostram a participação relativa de cada curso no Programa Marca.

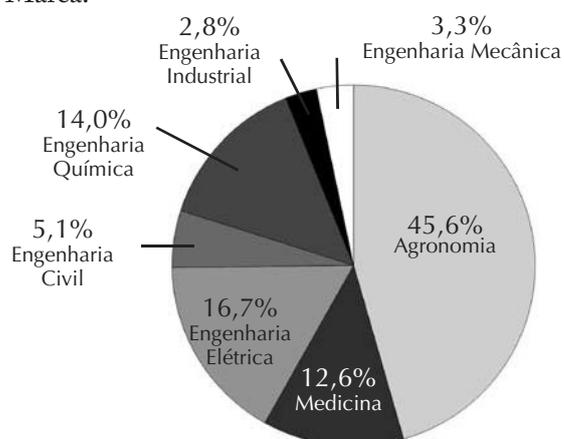


Gráfico 3 – Participação dos cursos na mobilidade do Marca (2008).
Elaboração própria. Fonte: Programa Marca: Acesso em 2009/2010.

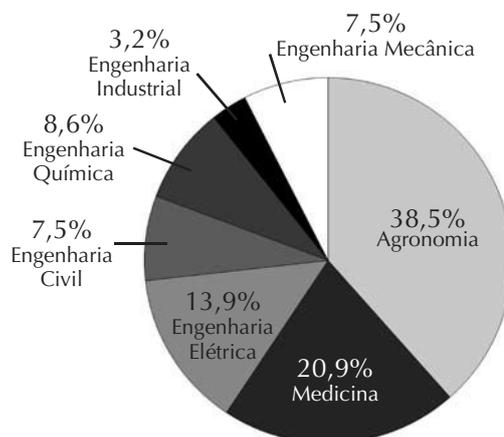


Gráfico 4 – Participação dos cursos na mobilidade do Marca (2009).
Elaboração própria. Fonte: Programa Marca: Acesso em 2009/2010.

8. O Chile sofreu uma reforma no sistema de ensino na década de 1980. O ensino superior chileno é dividido em universidades, institutos profissionais e centros de treinamento técnico.

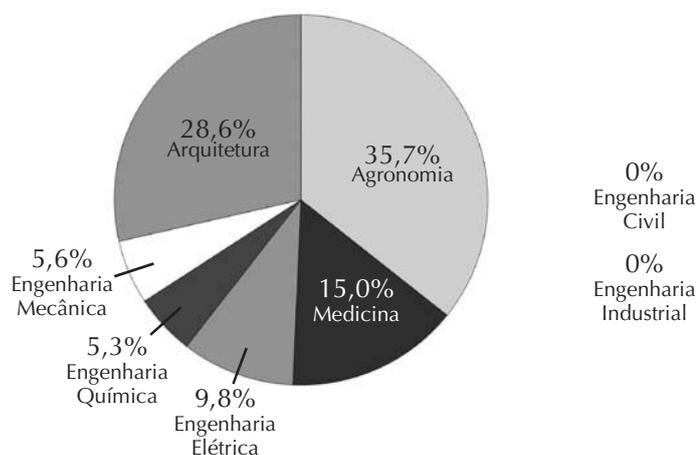


Gráfico 5 – Participação dos cursos na mobilidade do Marca 2010.
Elaboração própria. Fonte: Programa Marca: Acesso em 2009/2010.

No Gráfico 3 (referente ao ano de 2008), é evidente a supremacia dos cursos de agronomia na participação relativa, com 45,6%. As engenharias somadas constam 41,9% do fluxo, sendo a engenharia elétrica a principal delas, com 16,7%, seguida da engenharia química (14%), engenharia civil (5,1%), engenharia mecânica (3,3%) e engenharia industrial (2,8%). O curso de medicina contribui com 12,6% do fluxo, o que fica acima da média dos cursos de engenharia (8,38%).

Em 2009 (Gráfico 4) a importância do curso de agronomia cai ligeiramente, passando a 38,5%. As engenharias, somadas, chegam a 40,7%, estando a engenharia elétrica com 13,9%, engenharia civil 7,5%, engenharia química 8,6%, engenharia industrial caindo para 3,2% e engenharia mecânica subindo para 7,5%. O curso de medicina aumenta seu peso relativo e passa a ter 20,9% da participação na mobilidade.

A análise do Gráfico 5, relativo a 2010, se mostra importante na medida em que nesse ano o curso de arquitetura foi incluído na mobilidade. No primeiro ano de participação desse curso, sua contribuição chega a 28,6% do total de alunos. Outro dado importante é que os cursos de engenharia civil e engenharia industrial, que em 2008 foram responsáveis por 5,1% e 2,8%, respectivamente, da mobilidade, não contribuem para o intercâmbio em 2010. O curso de agronomia ainda é o que lidera, com 35,7%. As engenharias somam 20,7% da mobilidade (tendo caído pela metade em relação ao ano de 2009, mas aumentando sua média para 6,9% por curso em virtude de as engenharias civil e industrial não mais fazerem parte do programa).

O curso de medicina apresenta uma queda de cinco pontos percentuais em relação a 2009 e contribui em 15% para o Marca em 2010.

A participação relativa dos cursos sugere que a aptidão regional de exportação de *commodities* é refletida na supremacia dos intercâmbios em agronomia. Os outros cursos participantes do Marca representam áreas que precisam ser desenvolvidas na região e que frequentemente possuem escassez de mão de obra qualificada.

A análise porcentual pode sofrer mudanças significativas em virtude de o número absoluto de alunos ser baixo. Assim, qualquer alteração secundária pode ter implicações sobre os resultados dessa análise.

No que diz respeito às instituições do programa, é necessário mencionar o aumento do número de universidades que participaram em 2010. Entre 2008 e 2009 participaram, ao todo, 32 instituições, enviando e recebendo discentes do Marca. Já em 2010, acentua-se o crescimento desse número – 45 universidades passam a fazer parte da iniciativa de mobilidade. No entanto, algumas universidades foram incluídas, ao passo que outras deixaram de fazer parte do programa, como, por exemplo, a Universidad Rene Gabriel Moreno (Bolívia). Apesar do crescimento de 40,6% no número de instituições participantes, o número total de participantes ainda é baixo em vista do número de instituições de ensino superior dos países que promovem o Marca.

De uma forma geral, pode-se perceber que o Programa Marca tem se sustentado desde seu início, assim como a educação tem feito parte (mesmo que marginalmente) da agenda de integração regional do Mercosul. No entanto, os números apresentados por Bashir (2007), referentes à contribuição da América Latina e Caribe, indicam um baixo fluxo mundial de intercâmbio universitário (0,6% de alunos recebidos e 6,8% de alunos enviados) no período de 1999-2004. Assim, a seguinte pergunta pode ser feita: os números apresentados pelo Marca são suficientes para reverter a situação da região no que diz respeito à inserção latino-americana no processo de internacionalização da educação mundial? Até o presente momento, não se pode afirmar que o Programa Marca altere de forma significativa esse quadro, pois seus números gerais ainda são baixos (em 2008, 214 alunos praticaram a mobilidade, em 2009 foram 187 e em 2010, 266).

A análise das motivações do intercâmbio é importante porque revela os níveis de tomada de decisão e a finalidade para a qual o programa é promovido. Com relação às motivações do Programa Marca, o técnico em assuntos educacionais da Secretaria de Educação Superior, quando questionado sobre quem toma a decisão de quais cursos farão parte do programa, alega:

É uma decisão governamental, na medida em que as áreas a serem acreditadas são uma decisão da Reunião de Ministros de Educação do Mercosul. No entanto as creditações são decididas por critérios técnicos. É também uma decisão governamental que áreas participarão do Marca, já que não dispomos de recursos para todas as áreas.

Essa é uma informação importante pois, do ponto de vista da integração regional, a teoria intergovernamentalista (MORAVCSIK, 1995) alega que em processos de integração as decisões são tomadas entre governos. De acordo com Moravcsik (1995), em um primeiro momento, o Estado calcula se há uma relação de custo/benefício vantajosa nas negociações; em outras palavras, o Estado é racional.⁹ No segundo momento há a formação de preferência do Estado. Essa preferência leva em conta a atuação dos políticos que seriam a liderança dentro do governo e representariam, de certa forma, a sociedade civil. Os grupos sociais relevantes de acordo com a temática tratada também se fariam representar na formação da preferência (MARIANO; MARIANO, 2004, p. 14). No terceiro momento se dá a negociação interestatal, onde ocorre a contraposição das preferências predefinidas que determinam as demandas estatais. Os pontos de mais fácil convergência são acordados e os pontos onde há divergência são deixados de lado momentaneamente (MARIANO; MARIANO, 2004, p. 16). Nesse sentido, as instituições internacionais teriam um papel marginal no processo, tentando atenuar a tentativa de maximização de ganhos dos Estados.

A partir dessa abordagem teórica, pode-se inferir que as decisões sobre quais cursos serão incluídos no programa Arcu-Sul e, conseqüentemente, farão parte do Marca são tomadas em nível estatal-governamental e que o Mercosul tem papel secundário no processo. As escolhas são feitas por governos, enquanto o Mercosul tem um papel reduzido no processo decisório. Nesse sentido, as preferências sobre os cursos a serem incluídos no programa seriam formadas domesticamente pelos governos; posteriormente, as convergências seriam negociadas nas reuniões de ministros da Educação e, por fim, os pontos de convergência confirmados seriam implementados, ou seja, os cursos que fossem acordados pelos ministros da Educação de cada país seriam incluídos no programa de creditação e posteriormente no Programa Marca.

Esse ponto de vista ressalta a importância dos governos em detrimento da importância da instituição internacional e, por conseguinte, coloca a

9. A diferença dessa racionalidade em relação à racionalidade do realismo é que no intergovernamentalismo o tempo e o espaço são levados em consideração, ou seja, uma negociação que em dado momento não ofereça uma relação de custo e benefício interessante pode oferecê-la em outra época.

integração regional, como um todo, mais dependente dos Estados que do próprio Mercosul. Com efeito, a hipótese secundária considerada a partir dessas afirmações é a de que os Estados participantes do Marca utilizam a integração para se desenvolverem e pretendem preservar o poder estatal ao invés de delegar poder para uma instituição internacional. Nesse sentido, a integração não teria um fim em si mesma, sendo um meio para o desenvolvimento estatal individual.

A próxima seção do artigo dedica-se a analisar entrevistas de coordenadores acadêmicos das instituições (e cursos) que fazem parte do Programa Marca, com o intuito de aferir aspectos positivos e negativos do programa, levando em consideração os pontos de vista dos atores envolvidos no processo. Assim, procurar-se-á levantar informações específicas que podem não terem sido esclarecidas com os documentos e saber as limitações do programa, assim como seus pontos fortes, que podem levar à sua expansão. Nesse sentido, as percepções são importantes, pois norteiam as expectativas que podem ser nutridas com relação ao intercâmbio universitário do Marca.

Percepções sobre o Marca

Esta seção expõe e avalia as percepções dos coordenadores dos cursos que estão no Marca. As informações obtidas para tal seção foram conseguidas através de entrevistas feitas com os coordenadores, cujos nomes foram omitidos. O objetivo principal das entrevistas era levantar, do ponto de vista dos envolvidos no processo, os benefícios, mecanismos e dificuldades enfrentadas pelo programa de intercâmbio. Trataremos aqui, primeiramente, das percepções positivas e posteriormente das negativas sobre o Marca. A literatura sobre internacionalização e mobilidade, principalmente europeia, será utilizada para melhor compreensão das percepções dos coordenadores. Essa escolha se dá em virtude de a internacionalização da educação ser um tema mais debatido na Europa que na América Latina.

A experiência pessoal obtida pelos alunos foi um ponto recorrente levantado pelos coordenadores acadêmicos. Como afirma o entrevistado 1,¹⁰ quando questionado sobre os ganhos pessoais e institucionais do programa, diz: “O intercâmbio científico e cultural colabora com o crescimento pessoal e profissional do estudante”. O contato entre as instituições também é levado em consideração de forma positiva. O entrevistado 2,¹¹ quando

10. O entrevistado 1 é coordenador do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Uberlândia e respondeu à entrevista no dia 19/5/2010.

11. O entrevistado 2 é coordenador do curso de Agronomia da Universidade de Buenos Aires e respondeu à entrevista em 17/6/2010.

questionado sobre as diferenças entre o Marca e outros programas de intercâmbio (por exemplo, de estudantes que vão para a Europa), valorizou a validação de créditos permitida pelo Marca, assim como a confiança mútua interinstitucional criada através da iniciativa de mobilidade. O entrevistado 3¹² vê o aprendizado de outra língua como aspecto positivo importante para a carreira dos intercambistas.

Van Damme (2001) vê no crescimento mundial do fluxo de mobilidade a confirmação de que a experiência em outro país prepara melhor o profissional para um contexto de economia global, o que converge com a visão do entrevistado 1.

Os coordenadores também veem o programa como uma forma de garantir a qualidade dos cursos, tanto pelo fato de estes passarem por avaliação para exercer a mobilidade quanto pela troca de experiências em si, como ressalta o entrevistado 4:¹³ “O Programa Marca aponta para a melhora da qualidade das carreiras através da experiência que propicia ao enviar alunos a outras realidades e receber alunos estrangeiros que portam visões bem distintas”.

Nesse sentido, o processo que ocorre no Mercosul se diferencia do europeu. Van Damme (2001, p. 416-417), analisando a situação europeia, diz que a internacionalização da educação superior chegou ao seu limite, a menos que a questão da qualidade de ensino seja resolvida. A preocupação do autor se dá pelo aumento dos movimentos de internacionalização que ocorrem na Europa e que forçam instituições e governos a trabalharem na implementação de mecanismos de garantia de qualidade. Essa é uma questão importante que está sendo tratada no continente europeu pelo processo de Bolonha, que visa a harmonizar os currículos dos cursos superiores europeus. No processo do Mercosul, percebe-se que a preocupação com a qualidade se dá anteriormente à mobilidade. Isso fica evidente com a existência dos sistemas de acreditação (Mexa e Arcu-Sul).

Apesar de a mobilidade no Mercosul incluir um número pequeno de estudantes, a acreditação feita através do Programa Mexa e do Sistema Arcu-Sul é importante mecanismo de garantia de qualidade para o Programa Marca. Em suma, ações relativas à qualidade se dão *a priori* da mobilidade no movimento de internacionalização que ocorre no Mercosul.

12. O entrevistado 3 é coordenador acadêmico do curso de Engenharia Eletrônica da Universidade Federal de Campina Grande e respondeu à entrevista no dia 24/7/2010.

13. O entrevistado 4 é coordenador do curso de Engenharia Eletrônica da Universidad de la República e respondeu à entrevista no dia 19/6/2010.

Uma percepção importante do processo é a de que o modelo foi criado de “baixo para cima” e teve a participação de todos os atores, como aponta o entrevistado 5.¹⁴ O coordenador ainda diz que, devido a tal participação, o processo se deu de forma que a realidade regional é levada em consideração e que, por isso, o processo pode ser denominado como “nosso”, ou seja, próprio.

A questão da tomada de decisão apontada pelo entrevistado 5 é um debate recorrente na literatura. Segundo Enders (2004), o papel dos Estados mudou, mas não foi eliminado, ou seja, a governança no processo de internacionalização deve ser discutida. Já Van Damme (2001) considera que as próprias universidades são produtos dos Estados em certa medida. No Marca, a iniciativa de internacionalização é dos Estados, mas, segundo o entrevistado 5, há também a participação das universidades. Isso mostra que tanto os governos quanto as instituições de ensino agem em conjunto, interessados na internacionalização e na mobilidade.

O reconhecimento de diplomas também foi ressaltado como ponto positivo pelo entrevistado 1. No entanto, é preciso lembrar que o reconhecimento se dá apenas para fins acadêmicos e não serve para o exercício profissional nos países participantes. O entrevistado 4 ainda concorda com o entrevistado 6,¹⁵ dizendo que um atrativo desse programa de intercâmbio é que os discentes não ficam atrasados com relação ao seu tempo de graduação, já que os créditos valem para suas universidades de origem. O entrevistado 6 ainda aponta que esse intercâmbio representa uma mudança menor do que a que ocorre quando se faz um programa de mobilidade para a Europa, por exemplo, e isso também seria um incentivo a quem pretende fazer parte do Marca.

Já o entrevistado 7¹⁶ concorda com outros coordenadores em relação a alguns benefícios do programa (como o fato de não atrasar o tempo de graduação do aluno), no entanto aponta como principal vantagem do Marca o financiamento para os alunos que o fazem. O coordenador alega que existe concorrência para o Marca na Unicamp em virtude da bolsa e que essa opção de intercâmbio aparece logo após aquelas consideradas mais “nobres” (programas com bolsa

14. O entrevistado 5 é coordenador do curso de Engenharia Civil da Universidad Privada Boliviana e respondeu à entrevista no dia 3/8/2010.

15. O entrevistado 6 é coordenador do curso de Engenharia Eletrônica do Instituto ORT – Uruguai e respondeu à entrevista no dia 11/8/2010.

16. O entrevistado 7 foi coordenador institucional de intercâmbio da Universidade Estadual de Campinas e concedeu entrevista pessoalmente no dia 22/9/2010.

para países desenvolvidos da Europa e América do Norte) no *ranking* de preferência dos alunos. Com efeito, nesse quesito o Marca, em termos de concorrência, seria comparável a um programa sem bolsa para países desenvolvidos.

A questão de financiamento é um ponto importante no debate europeu. Scott (1998, *apud* VAN DAMME, 2001) aponta que a mobilidade está cada vez mais sendo *market driven* ao invés de *state driven* ou *AID-oriented*, ou seja, os intercambistas, cada vez mais, estão arcando com os custos da mobilidade e contando menos com financiamentos governamentais. Assim, a escassez de recursos governamentais ajudaria a explicar o baixo número de participantes dessa iniciativa. Além disso, o fato de o intercâmbio regional competir com outros destinos também é um fator relevante, ou seja, o governo pode escolher alocar recursos para intercâmbios em outras localidades que podem ser consideradas estratégicas. Uma terceira hipótese adjacente seria a pouca divulgação que o Marca possui nas instituições de ensino superior.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelo programa, vale a pena ressaltar as percepções sobre a questão da burocracia. Alguns coordenadores consideram a burocracia estatal para a concessão de vistos como o maior obstáculo. Nesse sentido, Brasil e Bolívia seriam os países de maior dificuldade de ingresso, segundo o entrevistado 8.¹⁷ A burocracia brasileira também é criticada pelo entrevistado 3. De forma geral, esse aspecto (burocrático) dos países também é ressaltado pelos entrevistados 5 e 9.¹⁸ Assistentes de intercâmbio da Unicamp, as entrevistadas 10 e 11¹⁹ concordam que a burocracia do Brasil e também da Argentina são fatores complicadores do intercâmbio, pois dificultam a concessão de vistos e o recebimento das bolsas de estudo, uma vez que, para alunos que vêm ao Brasil, é necessário que obtenham um Cadastro de Pessoa Física (CPF) e uma conta bancária, processo que leva tempo e demanda muitos documentos. O processo europeu é facilitado por haver livre movimentação de trabalho no âmbito da União Europeia, ou seja, a dificuldade sofrida pelo Mercosul se dá em virtude da limitação do processo de integração regional como um todo, ao passo que, na Europa, esse problema já está resolvido.

17. O entrevistado 8 é coordenador acadêmico do curso de Agronomia da Universidade de Brasília e respondeu à entrevista no dia 15/5/2010.

18. O entrevistado 9 é coordenador do curso de Agronomia da Universidade Nacional de Cuyo e respondeu à entrevista no dia 2/8/2010.

19. As entrevistadas 10 e 11 são assistentes técnicas para mobilidade estudantil da Unicamp e foram entrevistadas pessoalmente no dia 22/9/2010.

Já o entrevistado 2, olhando a burocracia do programa em si (em termos institucionais, excluindo a burocracia governamental), ressalta que há pouca burocracia e que isso é uma vantagem. O coordenador se refere à facilidade de conseguir a validação de estudos feitos em universidades do programa. Nesse sentido, a pouca burocracia estaria ligada às instituições de ensino que fazem parte do Marca.

As escolhas dos praticantes de mobilidade acadêmica são abordadas por Altbach e Knight (2007), que dizem que a maioria dos intercambistas no mundo usa recursos próprios. Assim, eles fazem uma escolha de acordo com os destinos e campos de estudo. Esses dados sugerem que regiões mais desenvolvidas são percebidas como melhores contribuintes para o desenvolvimento profissional dos alunos. As razões pelas quais as regiões desenvolvidas são preferidas fogem do objetivo do presente artigo. Contudo, admite-se que esse é um fator que limita o intercâmbio regional. O Marca, assim, é visto como um movimento contrário ou complementar à tendência de mobilidade para países mais desenvolvidos.

Por um lado, a menor mudança de ambiente, hábitos e cultura que representa o intercâmbio para a América Latina em comparação com um intercâmbio para a Europa é vista como uma vantagem. Por outro lado, os entrevistados dizem que os discentes que têm a possibilidade de escolha ainda preferem o “Velho Continente”, mesmo este representando mudança mais significativa de costumes e hábitos em comparação com a mobilidade regional, como aponta o entrevistado 1:

Em relação aos alunos brasileiros, principalmente aqueles que têm acesso ao programa de mobilidade com a Europa, há ainda uma certa reticência em sair no programa Marca para países como Bolívia, Paraguai, entre outros. Entretanto, devido a ações de palestras e apresentações realizadas principalmente pelos coordenadores de curso desses países, o interesse vem aumentando com o tempo.

O entrevistado 7 partilha da visão do entrevistado 1, na medida em que observa a Europa e América do Norte como preferências e que, aos poucos, os alunos tomam conhecimento do intercâmbio regional. Em virtude de existir “grande concorrência para países mais desenvolvidos”, os discentes acabam vendo oportunidades em outros locais. Para o professor, a melhor inserção internacional do Brasil pode fazer com que oportunidades na América Latina sejam cada vez mais bem vistas pelos alunos. Nesse sentido, o aprendizado do espanhol acaba se tornando importante para a formação de tais alunos.

O fato de somente alunos de graduação fazerem parte do Marca é visto como uma limitação pelo entrevistado 2, que também vê como baixo o

número de discentes que fazem o intercâmbio no curso de sua competência (Agronomia na Universidade de Buenos Aires) – com apenas cinco alunos enviados e recebidos. No entanto, essa é a média do número de alunos que quase todas as universidades enviam e recebem. A questão do financiamento também é levantada pelos coordenadores – o entrevistado 5 observa o caso em que as universidades não dispõem de moradia própria ou mesmo de recursos para o envio e manutenção dos custos dos discentes durante o período de intercâmbio. Já o entrevistado 6 aponta que há falta de apoio do governo com relação a tais custos, uma vez que em seu caso específico (Instituto ORT – Uruguai) trata-se de uma universidade particular que não dispõe de recursos governamentais. Os entrevistados 10 e 11 ressaltam também a dificuldade de se conseguir as moradias para os alunos na Unicamp. Dessa forma, a infraestrutura parece ser uma limitação importante para a expansão do programa. Em outras palavras, dada a dificuldade de alocação de estudantes existente atualmente, é baixa a possibilidade de que o fluxo aumente, pois essa dificuldade passará a representar um problema maior ainda. No entanto, os entrevistados apontam que esse não é um problema exclusivo dos países do Mercosul. Como trabalham também com intercâmbios para Europa e América do Norte, os funcionários dizem que esse é um problema em países desenvolvidos também.

O entrevistado 5 ainda vê como um problema o baixo número de universidades de engenharia participantes do programa. Isso faz com que a oferta de possibilidades seja pequena para os estudantes desse curso. Nesse caso, é necessário lembrar que a adesão ao Marca é feita por cada faculdade dentro das universidades. Ou seja, uma mesma universidade não possui todos os seus diferentes cursos de engenharia participando do Marca – a Unicamp, por exemplo, só tem o curso de engenharia química participando do programa. Isso reduz ainda mais as opções dos alunos.

Quando questionados sobre as dificuldades de implementação do programa, alguns coordenadores não percebiam nenhum obstáculo ou dificuldade, como, por exemplo, o entrevistado 12,²⁰ entrevistado 1, entrevistado 13²¹ e entrevistado 7. Não obstante, o entrevistado 7 afirmou que o programa não apresenta problemas no seu ponto de vista porque ele não lida com as questões cotidianas e burocráticas do processo. Ao passo que as assistentes técnicas de mobilidade estudantil (entrevistadas 10 e 11), que também trabalham na Unicamp, relataram difi-

20. O entrevistado 12 é coordenador acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e respondeu à entrevista no dia 14/5/2010.

21. O entrevistado 13 é coordenador do curso de Medicina da Universidade Nacional de Cuyo e respondeu à entrevista em 12/8/2010.

culdades de burocracia e alocação de alunos. Com efeito, os coordenadores possuem visão sobre uma parte do processo, sendo que para uma abordagem mais abrangente, é necessária a inclusão das visões de outros atores – funcionários, alunos e atores governamentais.

As entrevistas indicam que o Programa Marca é visto como importante passo na educação superior regional, para melhorar a posição relativa da América Latina no contexto de internacionalização da educação superior. De maneira geral, os coordenadores acadêmicos tendem a ver os programas de intercâmbio de forma positiva. Algumas particularidades do Marca são ressaltadas em detrimento dos outros intercâmbios: a bolsa de estudos, o fato de se poder transferir os créditos para a universidade de origem, o aprendizado de espanhol e o intercâmbio de informações que ocorre entre alunos de diferentes instituições e que melhora a qualidade dos cursos regionais.

Os benefícios maiores podem ser percebidos nos níveis individuais e no que diz respeito aos cursos. Os ganhos institucionais são mencionados por alguns coordenadores. No entanto, há também uma crítica ao intercâmbio ser por cursos e não por instituições. Com efeito, os coordenadores consideram que o Marca beneficiaria a integração do Mercosul no longo prazo. No momento, o que existe é uma intenção e/ou o início da criação de um espaço educacional comum por parte dos governos e das instituições de ensino do bloco.

No entanto, os entrevistados indicam limitações do programa, tais como: escassez de recursos governamentais para financiar a mobilidade, a dificuldade de encontrar moradia para alunos por parte das universidades e a burocracia tanto para se conseguir visto para alguns países quanto para o recebimento da bolsa de estudos, o que mostra que a ampliação do programa não é simples. Tudo isso dificulta a perspectiva de se ter um Programa Marca consistentemente maior em um período curto de tempo.

Com efeito, não há ainda a percepção de que o intercâmbio universitário seja um elemento que contribui para a integração regional. Isso pode ser vislumbrado no futuro, mas, por ora, as visões dos coordenadores mostram que os pontos positivos do processo são outros.

Considerações finais

O presente artigo se dispôs a mostrar e comparar o fluxo exercido pelo Programa de Mobilidade para Cursos Credenciados (Programa Marca), promovido pelo Setor Educacional do Mercosul (SEM). Analisou-se quantitativamente o desempenho do programa desde sua primeira iniciati-

va de intercâmbio, para que fosse verificada a sua continuidade. Observou-se que o programa possui certa regularidade, mas que seus números ainda são baixos com relação ao incremento necessário na mobilidade para que a região passe a ter uma participação maior na mobilidade internacional de forma geral.

As percepções dos coordenadores acadêmicos ilustram como se dá o cotidiano do programa, suas dificuldades e suas qualidades em detrimento de outros programas. Percebeu-se que é um programa de consistência, na medida em que visa a garantir a qualidade dos cursos participantes e oferece o aprendizado de outra língua. Apesar da consistência, as dificuldades sofridas pelo programa mostram que sua ampliação imediata se mostra improvável, pois dependeria de maiores investimentos (uma vez que há falta de recursos) e da atenuação da burocracia instalada em alguns países.

Nesse sentido, o Marca é um instrumento da internacionalização da educação superior regional. Não obstante, o programa, por si só, não é suficiente para melhorar a posição do Mercosul em relação à mobilidade universitária mundial. Os benefícios promovidos por esse programa se direcionam principalmente para os indivíduos e para os cursos que fazem parte da mobilidade. As universidades são beneficiadas, mas esse benefício é limitado pelo fato de o intercâmbio ser por cursos e não envolver as instituições de ensino de forma geral. As vantagens que o programa proporciona à integração regional do Mercosul também são limitadas. Pelo baixo número de atores envolvidos no processo, não é possível afirmar que o Programa Marca seja um promotor da integração regional do bloco.

Em relação à literatura europeia, o processo no Mercosul apresenta algumas semelhanças e algumas diferenças. Contudo, é necessário maior debate sobre a internacionalização e a mobilidade acadêmica regional na América Latina. É evidente também que a percepção de mais atores (alunos, funcionários, comissões que promovem a acreditação) pode contribuir para esse debate de forma a torná-lo mais abrangente e rico.

Com efeito, ao menos duas ações podem ser sugeridas ao final do presente artigo: 1) um futuro estudo comparativo do Marca, mostrando sua evolução quantitativa e também qualitativa ao longo do tempo, na tentativa de levantar se esse programa possui objetivos mais ambiciosos ou se cumpre um papel minoritário nos processos de internacionalização da educação e de integração regional; 2) estudos sobre outras iniciativas de intercâmbio regional não diretamente ligadas aos governos e, portanto, fomentadas por instituições de ensino e agências financiadoras privadas. A primeira ação pode sugerir que o Marca pode tanto ser um modelo que almeja a expansão quanto um modelo que “se conforma” com sua posição atual. Nesse

sentido a segunda ação se faz necessária para que se tenha um panorama mais acurado da internacionalização da educação superior e da mobilidade acadêmica regional.

Referências

AGULHON, Catherine. *La adaptación escolar y social de los estudiantes latinoamericanos en Francia: un proceso específico?* Seminário internacional - Fuga de cérebros, movilidad académica y redes científicas - Cinvestav/IRD. 2-4 mars 2009.

ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. *The internationalization of higher education: motives and realities.* The NEA 2006 Almanac of Higher Education. National Education Association, p. 27-36.

BAENA SOARES, Cláudia Maria Paes de Carvalho. *Integração educacional: educação superior e legislação no Mercosul.* Seminário de Direito Internacional, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2009.

BASHIR, Sajitha. *Trends in international trade in higher education: implications and options for developing countries.* Copyright – The World Bank, Washington DC, March 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior: Edital de Convocação n. 3, de 1º de julho de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 jul. 2010. p. 149.

BRASIL. Ministério da Educação. Avaliação do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Paraná. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://www.ccs.uel.br/medicina/arquivos/mexa.pdf>. Acesso em: 4 out. 2010.

ENDERS, Jurgen. Higher education, internationalisation, and the nation-state - Recent developments and challenges to governance theory. *Higher Education*, n. 47, p. 361-382, 2004.

FANELLI, Ana G. *La movilidad académica y estudiantil: reflexiones sobre el caso argentino.* Seminário internacional - Fuga de cérebros, movilidad académica y redes científicas - Cinvestav/IRD. 2-4 mars 2009.

MARIANO, Karina L. P.; MARIANO, Marcelo P. As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. *Impulso*, n. 31, 2002.

MERCOSUL EDUCATIVO EDUCACIONAL. Decisão 25/97: protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Membros do Mercosul. Prorroga a vigência do plano trienal para o setor educacional do Mercosul. Assunção: Mercosul Educativo Educacional, 1997.

MERCOSUL EDUCATIVO EDUCACIONAL. Decisão 04/99. Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos países-membros do Mercosul. Assunção, 14/6/1999.

MERCOSUL EDUCATIVO EDUCACIONAL. Decisão 05/99. Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos estados-partes do Mercosul, na República da Bolívia e na República do Chile. Assunção, 14/6/1999.

MERCOSUL EDUCATIVO EDUCACIONAL. Ata da XXXI Reunião de Ministros da

Educação dos países do Mercosul (novembro, 2006). Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br>. Acesso em: 7 out. 2010.

MERCOSUL EDUCATIVO EDUCACIONAL. Ata da XXXIV Reunião de Ministros da Educação dos países do Mercosul (junho, 2008). Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br>. Acesso em: 7 out. 2010.

MERCOSUL EDUCATIVO EDUCACIONAL. Plano Estratégico 2001-2005. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br>. Acesso em: 4 out. 2010.

MERCOSUL EDUCATIVO EDUCACIONAL. Plan del Sector Educativo del Mercosur 2006-2010. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br>. Acesso em: 4 out. 2010.

MORAVCSIK, Andrew. Liberal intergovernmentalism and integration – a rejoinder. *Journal of Common Market Studies*, n. 33, v. 4. December 1995.

PERROTA, Daniela. La cooperación en Mercosur: el caso de las universidades. *Temas*, n. 54, 67-76, abril-junho de 2008.

PROGRAMA Marca. Disponível em: www.programamarca.siu.edu.ar. Acesso em: 23 maio 2010.

VAN DAMME, Dirk. Quality issues in the internationalization of higher education. *Higher Education*, n. 41, p. 415-441, 2001.